

termos da legislação vigente ou por força de decisão judicial transitada em julgado.

§ 3º - Excetua-se do somatório a que se refere o § 2º deste artigo as parcelas:

1. a título de adicional de insalubridade atribuída ao servidor administrativamente, nos termos da legislação vigente, ou recebida por força de decisão judicial transitada em julgado, à vista do disposto no inciso IV do artigo 31 desta lei complementar;

2. do adicional por tempo de serviço e da sexta-parte incidentes sobre o valor do abono de permanência, recebidas por força de decisão judicial transitada em julgado.

§ 4º - O valor resultante do somatório a que se refere o § 2º deste artigo, observado o disposto no § 3º, que exceder o valor da última Categoria do Nível em que o servidor foi enquadrado, será pago em código distinto, a título de Vantagem Pessoal decorrente de Enquadramento Subsídio - VPES, a ser absorvido na mesma data e em valor equivalente ao resultante da revalorização do subsídio ou de enquadramento decorrente de evolução funcional do policial penal, na conformidade do Capítulo V do Título II desta lei complementar.

§ 5º - O valor correspondente ao somatório das vantagens a que se refere o item 2 do § 3º deste artigo será pago até o dia anterior ao da apresentação do policial penal, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Artigo 2º - Não se aplicam aos policiais penais, por estarem absorvidos no valor do subsídio fixado para os Níveis e Categorias instituídos pelo artigo 11 desta lei complementar, em decorrência do disposto no artigo 1º destas disposições transitórias:

I - o padrão de vencimento;

II - a Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial - RETP, de que tratam os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979, e a gratificação por trabalho noturno, nos termos do inciso II do artigo 9º da Lei complementar nº 506, de 27 de janeiro de 1987;

III - o adicional por tempo de serviço;

IV - a sexta-parte;

V - a Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS, instituída pelo inciso II do artigo 18, da Lei Complementar nº 1.157, de 02 de dezembro de 2011;

VI - as vantagens pecuniárias de que tratam os itens 6 e 7 do § 2º do artigo 1º destas disposições transitórias.

Artigo 3º - No primeiro processo de progressão funcional dos integrantes da carreira de Policial Penal, o titular de cargo ou ocupante de função-atividade das Categorias A e B dos Níveis II a VII poderá concorrer a qualquer Categoria superior àquela em que estiver enquadrado, observado o disposto no Capítulo V do Título II desta lei complementar, desde que atendidas as seguintes exigências:

I - contar com tempo de efetivo exercício no Nível em que se encontra, abrangido o tempo do cargo ou da função-atividade que deu origem ao enquadramento como policial penal, igual ou superior à soma dos interstícios previstos para as Categorias que antecedam aquela à qual poderá ser progredido, desde que o tempo não tenha sido utilizado para promoções anteriores, observado o disposto no artigo 26 desta lei complementar;

II - estar em efetivo exercício nas Unidades do Sistema Prisional da Secretaria da Administração Penitenciária, na data da apuração dos requisitos, na forma prevista em decreto.

§ 1º - A classificação será estruturada por Categoria de cada Nível da carreira de policial penal.

§ 2º - A progressão funcional de que trata o "caput" deste artigo produzirá efeitos pecuniários a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da apuração dos requisitos a que se referem os incisos do "caput" deste artigo, na forma prevista em decreto.

§ 3º - A progressão funcional relativa aos exercícios subsequentes ao de que trata o "caput" deste artigo ocorrerá em conformidade com o disposto no Capítulo V do Título II desta lei complementar, aos servidores:

1. beneficiados pelo processo de progressão funcional de que trata este artigo;

2. que concorreram ao processo especial de progressão funcional de que trata este artigo, e que não obtiveram resultado positivo no respectivo processo de avaliação.

Artigo 4º - Se na data da entrada em vigor desta lei complementar houver processo de promoção em andamento ou com a data de processamento vencida, a promoção será efetivada, obedecida a legislação de regência do seu ano de referência, devendo ser processada a revisão do enquadramento do servidor da carreira da Polícia Penal, nos termos do artigo 1º das disposições transitórias.

Artigo 5º - Ao policial penal oriundo da carreira de Agente de Segurança Penitenciária somente será concedido o porte de arma de fogo funcional após estar devidamente habilitado ao uso do equipamento por curso específico ministrado pelo órgão de ensino do Sistema Penitenciário.

Artigo 6º - As apurações preliminares e os procedimentos disciplinares envolvendo Agentes de Segurança Penitenciária ou Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária observarão as seguintes disposições:

I - as apurações preliminares em curso e as concluídas com proposta de instauração de procedimento disciplinar, nas quais ainda não tenha sido proferida decisão, serão, após saneamento pela Corregedoria da Polícia Penal, remetidas às autoridades competentes para determinar a instauração do respectivo procedimento disciplinar, nos termos do artigo 50 desta lei complementar;

II - as demais apurações preliminares, e os procedimentos disciplinares que ainda não possuírem decisão na data de entrada em vigor desta lei complementar, observarão as disposições da legislação anterior, inclusive quanto à competência;

III - os procedimentos disciplinares que estiverem em grau de recurso ou revisão serão encaminhados à autoridade competente para sua apreciação, nos termos desta lei complementar.

Artigo 7º - Ficam extintas as funções-atividades de natureza permanente de policial penal, a que se refere o artigo 1º destas Disposições Transitórias, nas respectivas vacâncias.

Artigo 8º - Até que ocorra, no âmbito da Polícia Penal, o provimento de cargo em comissão (CCESP) ou preenchimento de função de confiança (FCESP) de que trata a Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023, fica assegurada a percepção das seguintes vantagens pecuniárias:

I - ao policial penal ocupante de cargo de coordenação, direção, supervisão e chefia, previstos na Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, e na Lei Complementar nº 1.157, de 2 de dezembro 2011:

a) a Gratificação por Comando de Unidade Prisional - COMP, nos termos da Lei Complementar nº 842, de 24 de março de 1998;

b) o Prêmio de Desempenho Individual - PDI, nos termos da Lei Complementar nº 1.158, de 02 de dezembro de 2011;

c) a gratificação a título de representação, de que trata o inciso III do artigo 135 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968;

d) a gratificação "pro labore", de que trata o artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968;

e) a Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde - GDAPAS, de que trata o artigo 19 da Lei Complementar nº 1.157, de 02 de dezembro 2011;

f) o adicional de periculosidade, de que trata a Lei Complementar nº 315, de 17 de fevereiro de 1983.

II - ao policial penal ocupante de função de direção, chefia e encarregatura, caracterizadas como atividades específicas de policial penal:

a) o "pro labore", nos termos do artigo 10 da Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001;

b) o "pro labore", nos termos do artigo 14 da Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004;

c) a gratificação a título de representação, de que trata o inciso III do artigo 135 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.

Parágrafo único - O disposto na alínea "a" do inciso I deste artigo aplica-se somente ao policial penal que esteja no comando de unidades prisionais e coordenadorias regionais no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária.

Artigo 9º - O Policial Penal que se encontre em estágio probatório na data de entrada em vigor desta lei complementar será enquadrado na Categoria Ingresso, do Nível I, e, após confirmado no cargo, será enquadrado na Categoria A, do mesmo Nível.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 11/9/2024.
ANDRÉ DO PRADO - Presidente

Comissões

ATAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às onze horas e um minuto, no Plenário D. Pedro I da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Vigésima Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Segunda Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, sob a presidência do Deputado Thiago Auricchio. Presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Thiago Auricchio, Reis, Mauro Bragato, Delegado Olim (membros efetivos), a Senhora Deputada Professora Bebel e o Senhor Deputado Danilo Campetti (membros substitutos). Também presente, acompanhando os trabalhos da Comissão, o Deputado Gilmaci Santos. Ausentes os Senhores Deputados Dr. Jorge do Carmo, Rômulo Fernandes, Altair Moraes, Rafael Saraiva, Dr. Eduardo Nóbrega e Caio França. Ausente por motivo justificado o Deputado Dr. Eduardo Nóbrega. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Em seguida, retomou-se a discussão do item único da pauta, iniciada na reunião anterior em que esteve pautado: Item 1 - Proposta de emenda à Constituição nº 9/2023, de autoria do Sr. Governador, que Altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto favorável à PEC e contrário à emenda nº 1. O Deputado Dr. Jorge do Carmo apresentou voto em separado, contrário à PEC e à emenda nº 01. A Deputada Professora Bebel apresentou voto em separado, contrário à PEC e contrário à emenda nº 1. O Deputado Reis apresentou voto em separado, contrário à PEC e contrário à emenda nº 1. Em discussão, fizeram uso da palavra o Deputado Carlos Cezar, a Deputada Professora Bebel e o Deputado Reis. Em votação nominal, foram favoráveis ao voto do Relator a Deputada Marta Costa e os Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Mauro Bragato, Delegado Olim, Danilo Campetti e Thiago Auricchio; favoráveis ao Voto em separado da Deputada Professora Bebel o Deputado Reis e a própria Deputada. Aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pela Divisão de Painel e Audiofonia e cuja ata eu, Danyelle dos Santos Lucchese, Analista Legislativa, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 10/09/2024.

Deputado Thiago Auricchio
Presidente
Danyelle dos Santos Lucchese
Secretária

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 11/09/2024

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE baixar as presentes Decisões, a fim de:

NOMEAR, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

RENATO FERNANDES VALENCA MENDES, RG nº 29788836-5, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012, em vaga decorrente de Exoneração de LUCAS CAVALINI BARBOZA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ANALISTA LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº 2528/2024);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 21369, ANDRÉ GUILHERME BELLO TEIXEIRA ALVES (Decisão Número: 2531/2024)

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 28456, ELIANA OLIMPIA CAETANO, GED Nível I (Decisão Número: 2529/2024)

Mat 32791, LUIZ FELIPE LAURIANO DE PAULO, GED Nível II (Decisão Número: 2530/2024)

Mat 21369, ANDRÉ GUILHERME BELLO TEIXEIRA ALVES, GED Nível VI

(Decisão Número: 2532/2024)

PROCESSO DIGITAL: 583/2019

Interessado(a): Departamento de Comunicação

Assunto: Contrato Administrativo – Contrato firmado entre a ALESP e a empresa BOXNET SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES LTDA, para a prestação de serviços de ferramenta integrada para curadoria e organização de dados, indexações, sinopses, conteúdos e audiências, por meio de monitoramento e captura de notícias e publicidade, dotada de integração, notificação e gestão de informações, pelo regime de empreitada por preço global – prorrogação do prazo de execução por 12 (doze) meses.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista das disposições da alínea "h" do inciso II do artigo 14 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em face do contido nos autos do Processo Digital nº 583/2019, que cuida do assunto em epígrafe, considerando a manifestação apresentada em 27/05/2024, da lavra do Departamento de Comunicação, em que solicita, justificadamente, o aditamento contratual do objeto em epígrafe, com vistas à prorrogação de seu período de execução por 12 (doze) meses, que expressamente ratifica; à vista da correspondente anuência da Contratada ao pretendido aditamento, datada de 13/06/2024; em face das manifestações da Coordenadoria de Compras, de 14/06/2024 e de 28/08/2024, em que atesta a vantajosidade dos preços ora contratados com aqueles praticados no mercado, que acolhe; diante do Parecer nº 325-1, de 20/08/2024, da lavra da Procuradoria desta Assembleia Legislativa, cujos termos ora ratifica; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário – DPCO nº 0229, de 28/06/2024, reiterada pela manifestação DPCO 0313, de 28/08/2024, atestando que os recursos orçamentários, para a pretendida prorrogação, ficarão a cargo da dotação dos exercícios de 2025 e 2026, em conformidade com os cálculos contábeis ofertados pela Divisão de Contabilidade, em 24/06/2024, sendo compatível com a Lei nº 17.898/2024, de 09/04/2024 (PPA 2024/2027), (Programa 150 – Desenvolvimento das Atividades Parlamentares) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2024 – nº 17.725/2023, bem como o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, o que ora ratifica; e, ainda, em face do encaminhamento e da

manifestação do senhor Secretário Geral de Administração, de 30/08/2024, DECIDE:

I - AUTORIZAR com fundamento no artigo 57, inciso II e § 2º, da Lei federal nº 8.666/1993 c.c. o parágrafo único do artigo 191 da Lei federal 14.133/2021, e conforme previsão contida no corpo da Cláusula Quarta do ajuste, o ADITAMENTO ao contrato firmado entre este Poder e a empresa BOXNET SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES LTDA., para fins de prorrogação do respectivo prazo de execução contratual, por 12 (doze) meses, nos termos da manifestação de 27/05/2024, do Departamento de Comunicação, e da correspondente anuência da Contratada ao pretendido aditamento, datada de 13/06/2024;

II - APROVAR a Minuta de Termo de Aditamento Contratual apresentada pela Procuradoria da ALESP, por meio do Parecer nº 325-1, de 20/08/2024;

III - AUTORIZAR a realização das despesas decorrentes, no valor total de até R\$ 2.472.605,40 (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil e seiscentos e cinco reais e quarenta centavos), nos termos da informação e cálculos contábeis, da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário, de 28/08/2024 ratificada em 28/08/2024, e da Divisão de Contabilidade, de 24/06/2024, devendo, oportunamente, como condição desta, ser anexada, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nova manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário, na qual conste: a) a suficiência dos recursos necessários ao adimplimento contratual; b) a nota de reserva orçamentária, no momento oportuno e c) a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, caso necessária; e

IV - DELEGAR competência ao senhor Secretário Geral de Administração, para representar este Poder na assinatura do respectivo Termo de Aditamento Contratual, o qual deverá ser publicado, consoante determina a legislação vigente.

(Decisão nº 2533/2024);

PROCESSO DIGITAL Nº 306/2024

Interessado: Administração

Assunto: Instrução de procedimento licitatório destinado a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção e inserção de legendas ocultas (closed caption), nas modalidades programação transmitidas ao vivo, bem como programação pré gravada, por meio do regime de empreitada por preço unitário, sob demanda, para todo o conteúdo da REDE ALESP, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Delegação de Competência.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do disposto no artigo 14, inciso II, alíneas "d", "h" e "i", do Regimento Interno desta Casa de Leis, à vista do contido nos autos do Processo Digital nº 306/2024, que trata da instauração de certame licitatório, na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço, com modo de disputa aberto, cujos termos ratifica, e que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção e inserção de legendas ocultas (closed caption), nas modalidades programação transmitidas ao vivo, bem como programação pré-gravada, por meio do regime de empreitada por preço unitário, sob demanda, para todo o conteúdo da REDE ALESP, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência; considerando a autorização de prosseguimento da fase interna da licitação da Secretaria Geral de Administração, de 16/07/2024, bem como o encaminhamento do senhor Secretário Geral de Administração, de 22/08/2024, no qual justifica a ausência do ETP digital, a qual acolhe, e desde que o ordenador da despesa, após sua análise, entenda por bem acolher expressamente o Termo de Referência ultimado em 20/06/2024, contendo justificativa da pretensa contratação, bem como o respectivo Estudo Técnico Preliminar, de 18/06/2024, complementados pelas manifestações datadas de 25/07/2024, e de 23/08/2024, ambos da Rede Alesp, do Departamento de Comunicação; a estimativa do valor para a pretendida contratação (R\$ 3.675.542,40), conforme manifestação da Coordenadoria de Compras, de 16/07/2024; a minuta do Edital, ultimada em 26/08/2024, pela Coordenadoria de Licitações, que também se manifestou em 24/07/2024, e em 26/08/2024; a manifestação de 16/07/2024, da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário (DPCO nº 0247/2024) e do Departamento de Orçamento e Finanças, de 25/07/2024, quanto à adequação da exigência do índices financeiros relativos à habilitação econômico-financeira; e, ainda, desde que comprovadamente atendidas todas as recomendações contidas no Parecer nº 331-1, de 21/08/2024, da Procuradoria desta Casa de Leis, DECIDE DELEGAR COMPETÊNCIA ao Secretário Geral de Administração para:

I - autorizar a abertura do procedimento licitatório em questão, justificando a necessidade da contratação;

II - subscrever o Edital e Anexos;

III - definir o objeto do certame, estabelecendo:

a) as exigências da habilitação;

b) as sanções por inadimplemento;

c) os prazos e condições da contratação;

d) o prazo de validade das propostas;

e) os critérios de aceitabilidade dos preços;

f) a redução mínima admissível entre os lances.

IV - fixar as condições de prestação de garantia de execução do contrato;

V - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, registrando-os no sistema;

VI - proceder com a devida operacionalização do sistema da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, naquilo que compete a esta Mesa Diretora;

VII - analisar as impugnações e questionamentos relativos ao Edital e Anexos;

VIII - decidir os recursos interpostos contra ato do pregoeiro, mantendo-se a competência da Mesa Diretora quanto à apreciação e decisão de eventuais recursos administrativos em segundo grau de jurisdição;

IX - adjudicar o objeto da licitação, após a decisão dos recursos;

X - revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório;

XI - assinar o respectivo termo contratual e autorizar as despesas correlatas, condicionada o retorno dos autos à Divisão de Finanças para atestar a existência de previsão orçamentária para o exercício de 2023, com a juntada da respectiva nota de reserva;

XII - proceder e autorizar eventuais prorrogações de prazo, acréscimos, supressões e demais alterações contratuais que se mostrem cabíveis e do interesse da Administração, autorizando suas despesas, aprovando e subscrevendo seus termos;

XIII - determinar a aplicação de eventuais penalidades, exceto a de declaração de inidoneidade, à empresa Contratada;

XIV - autorizar eventual rescisão administrativa ou amigável do contrato, assinando o respectivo termo final; e

XV - delegar competência ao Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Geral de Administração para a subscrição do respectivo instrumento convocatório e seus respectivos Anexos.

(Decisão nº 2534/2024);

PROCESSO DIGITAL Nº 280/2024

Interessado: Administração

Assunto: Instrução de procedimento licitatório destinado ao fornecimento de atualização tecnológica e expansão das soluções de armazenamento de dados, além de serviços técnicos de readequação, instalação, configuração, treinamento, garantia e suporte técnico com a vigência de 60 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, por meio do regime de empreitada por preço global - Delegação de Competência.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do disposto no artigo 14, inciso II, alíneas "d", "h" e "i", do Regimento Interno desta Casa de Leis, à vista do contido nos autos do

ANEXO I

A QUE SE REFERE O ARTIGO 11 DESTA LEI COMPLEMENTAR.

POLÍCIA PENAL NÍVEL	SUBSÍDIO - R\$ CATEGORIAS		
	A	B	C
VII	9.425,22	9.713,67	10.002,12
VI	8.323,89	8.578,64	8.833,38
V	7.351,26	7.576,23	7.801,21
IV	6.492,27	6.690,96	6.889,65
III	5.733,66	5.909,13	6.084,60
II	5.063,69	5.218,65	5.373,62
I	INGRESSO		A
	4.472,00		4.745,00

ANEXO II

A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DESTA LEI COMPLEMENTAR.

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
CARREIRA / CLASSE	CARREIRA
Agente de Segurança Penitenciária	Policial Penal
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	

ANEXO III

A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DESTA LEI COMPLEMENTAR.

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE	DE CLASSE / NÍVEL DE VENCIMENTOS	CARGO/FUNÇÃO-ATIVIDADE	NÍVEL
Agente de Segurança Penitenciária Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	I	Policial Penal	I
	II		II
	III		III
	IV		IV
	V		V
	VI		VI
	VII		VII